

Diário do Legislativo de 30/05/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB) e Deputado Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Mauri BSD
Torres

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho BSD
Araújo

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito PMDB
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton PT
Prado

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado de BSD
Lafayette Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Patrús PV
Agostinho Filho

Deputado PDT
Sebastião Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente

Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIAE AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Presidente

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD

Santiago

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho BSD
Araújo

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Antônio Carlos Arantes BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 17ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização de Homenagem ao Clube Atlético Mineiro pela Conquista do Campeonato Mineiro de Futebol de 2007

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

Presidência do Deputado Gustavo Valadares

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Eros Biondini - Palavras do Deputado João Leite - Entrega de placa - Palavras do Sr. Luiz Otávio Motta Ziza Valadares - Execução do Hino do Clube Atlético Mineiro - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ademir Lucas - Eros Biondini - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gustavo Valadares) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Vereador Valdir Antero Vieira, o "Índio", representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Totó Teixeira; Paulo Roberto Prestes, representando os ex-atletas do Clube Atlético Mineiro; Luiz Otávio Motta Ziza Valadares, ex-Deputado e Presidente do Clube Atlético Mineiro; e Deputados Eros Biondini e João Leite, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Paulo Silas do Prado Pereira, auxiliar técnico do Clube Atlético Mineiro, representando a atual comissão técnica; e Vereador Vinícius Dantas, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização de homenagem ao Clube Atlético Mineiro pela conquista do Campeonato Mineiro de Futebol de 2007.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presente a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Eros Biondini

Exmos. Srs. Deputado Gustavo Valadares, representando o Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Luiz Otávio Motta Ziza Valadares, Presidente do Clube Atlético Mineiro; Vereador Valdir Antero Vieira, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Totó Teixeira; Exmo. Sr. Paulo Roberto Prestes, representando os ex-atletas do Clube Atlético Mineiro; Exmo. Deputado João Leite, co-autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmos. Deputados Ademir Lucas e Gustavo Corrêa; autoridades presentes, Vereador Vinícius Dantas, meu amigo e companheiro, senhoras e senhores, a minha família está presente, torcedora unânime do Atlético Mineiro, minha esposa Adriana, meu pai João, minha mãe Maria da Glória, meus filhos Mauro e Chiara, meus primos, muitos deles mascotes do Atlético em seus tempos áureos de 1982, Heleno, jogador do Atlético naquela época, Torcida 105, representando a massa atleticana, Galoucura e todas as outras torcidas aqui representadas.

Não há como não se emocionar por estar aqui nesta noite. Não é novidade emocionar-se quando se fala em Atlético Mineiro. Estivemos em muitos domingos, em várias noites no Mineirão, em clássicos, em finais de campeonatos, chorando e emocionando-nos por causa do Clube Atlético Mineiro.

Sinto-me honrado em, juntamente com o Deputado João Leite, ser co-autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, que é grande. Esta é uma noite especial, porque celebramos a vitória conquistada do Campeonato Mineiro de 2007. O Atlético conquistou dois campeonatos seguidos neste momento atual. Poderia até estar chegando ao terceiro título, não fossem problemas no meio do caminho que fogem à competência dos jogadores e à vibração dos torcedores. Lamentavelmente, fomos obrigados a deixar a Copa do Brasil na reta final, apesar de merecermos estar lá. É uma noite de homenagem, porque o que temos de vitória precisa ser relembrado. O Clube Atlético Mineiro é um orgulho para seus torcedores e para Minas Gerais. Como a Assembléia é a Casa do povo mineiro - isso está registrado no seu "slogan" -, e este Parlamento cada vez mais se torna participativo, quando se envolve com a comunidade e vice-versa, nesta noite é mais do que merecida esta homenagem ao Clube Atlético Mineiro. Esse clube honra Minas Gerais e nos ajuda a crescer na coragem, no entusiasmo e no valor que temos para o nosso Estado e na esperança de dias melhores em todas as áreas e segmentos que precisam crescer e se desenvolver.

A assessoria nos disse que esse quórum é de Plenário, o que mostra realmente o valor do Clube Atlético Mineiro para todos nós. O Atlético não é somente orgulho mineiro, mas também brasileiro, já que inúmeros títulos internacionais ele conquistou. Houve época em que somente o Atlético e um ou outro time brasileiro eram conhecidos no exterior por seus inúmeros títulos internacionais.

Hoje vi uma foto da minha mãe instantes após dar à luz, e, no vidro de soro, meu pai fez questão de dependurar uma flâmula do Atlético. Não

daria para mostrá-la aqui. Segundo meu pai, a raça entra pelo sangue, então, naquele momento, pelo sangue da minha mãe, ele já imaginava que seríamos, e realmente fomos, tomados dessa paixão pelo Atlético. Uma grande paixão.

Poucas torcidas e poucos torcedores no Brasil têm um sentimento de paixão tão grande a ponto de encher o estádio em jogos amistosos e em jogos de menor expressão. A torcida do Atlético é a única no Brasil e no mundo que consegue encher o estádio de futebol em todos os momentos, sendo que algumas outras torcidas só conseguem enchê-lo em jogos de semifinal e final.

Aos 8 anos, comecei a ser mascote ao lado do Bruno, meu primo, do meu irmão Joãozinho, e também dos meus dois outros primos, Cláudio e Renato.

Quando vim para a Assembléia, uma das alegrias que tive foi encontrar o Deputado João Leite, meu colega Deputado, pelo qual nutro grande admiração por seu caráter, sua conduta e sua dignidade como pai de família e como defensor da vida e da família. Alegrei-me em estar com ele aqui, porque, nos anos 80, por inúmeras vezes, entrei de mãos dadas com o João Leite, como mascote do Atlético. Não só com o João Leite, mas também com o Paulo Roberto, com o Heleno, com o Éder, que comemorou 50 anos na última sexta feira, e com o Nelinho.

Hoje sinto a emoção de estar como representante do povo nesta Casa e poder compartilhar com o Deputado João Leite esta homenagem ao Atlético, ao lado daquele que um dia foi o ídolo, no bom sentido da palavra, da nossa infância e adolescência, marcando para sempre nossa vida.

Portanto, sem mais palavras, quero mais é fazer transbordar o sentimento que tenho no coração. Num País tão sofrido, com tantas injustiças sociais e com tantos contratempos de autoridades que deveriam ser os primeiros a dar sinais de honestidade, mas que ainda tem o veneno da corrupção e da desigualdade social, o futebol continua sendo motivo de alegria para nós, torcedores.

Esta Casa, assim como o Atlético, também conta com um elenco de Deputados honrados, que, juntos, pensando no bem comum, têm feito um expressivamente bom trabalho. A nossa Casa Legislativa realmente tem-se destacado das demais Casas Legislativas pela sua participação e abertura ao povo.

Portanto, fica aqui a minha demonstração de alegria por esta grande oportunidade que tive. Sei que a maioria dos Deputados são atleticanos e comungam conosco dessa homenagem. Quem ganha hoje são todos vocês que estão aqui e também as crianças, mascotes atuais do Atlético, que amanhã serão os atletas e os craques do time.

Essa torcida é como uma família, morre um e nasce outro. Ela nunca acabará. Enquanto a nossa bandeira estiver dependurada no varal, o atleticano torce contra o vento.

Parabéns, Clube Atlético Mineiro; parabéns, Assembléia Legislativa, por nos permitir prestar esta honrosa e justa homenagem ao nosso querido glorioso. Obrigado.

Palavras do Deputado João Leite

Exmos. Srs. Deputado Gustavo Valadares, Presidente desta reunião especial em homenagem ao Clube Atlético Mineiro, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Presidente do Clube Atlético Mineiro, Luiz Otávio Motta Ziza Valadares, ex-Deputado desta Assembléia Legislativa, Casa que frequentou tantas vezes e agora freqüente representando o nosso glorioso clube; Vereador Valdir Antero Vieira Índio, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Totó Teixeira; meu querido companheiro Paulo Roberto, representando os ex-atletas do Clube Atlético Mineiro; Exmo. Deputado Eros Biondini, autor do requerimento que deu origem a esta reunião. Na verdade, eu e o Deputado Gustavo Valadares estamos "pegando carona" nesta festa preparada pelo Deputado Eros Biondini para o Clube Atlético Mineiro. Não apenas eu e o Gustavo, mas a maioria dos Deputados assinou o requerimento propondo a realização desta reunião. Atleticano fervoroso, o Deputado Ademir Lucas também o assinou rapidamente.

Vemos até a escalação dos servidores da Assembléia nesta noite. O Dr. Carlos Álvaro, atleticano de quatro costados, está presente. Dizem que ele forçou para ser o médico de plantão esta noite para acompanhar, de cadeira, esta reunião. O nosso Diretor Beto Bom de Bola também está aqui. Saudamos o Silas, a quem desejamos sucesso no Atlético - o mesmo sucesso que ele teve na carreira de jogador por este mundo, onde praticou futebol pela Seleção Brasileira -, e o nosso companheiro Heleno.

Rapidamente, gostaria de dizer que é uma alegria muito grande estar na Assembléia Legislativa e acompanhar mais uma homenagem ao Atlético Mineiro, clube muito importante não apenas em Minas Gerais, mas no nosso país e até no exterior. Estive recentemente nos Estados Unidos e fiquei surpreso porque, a cada lugar que eu ia, tinha de dar entrevista às rádios brasileiras, que tocavam o hino do Atlético. Fiquei assustado porque estou fora do futebol há algum tempo.

Vemos a paixão, o amor do atleticano por esse time. O Galo, como a torcida gosta de dizer, já não é mais uma instituição, é uma pessoa sobre a qual os torcedores se manifestam: "Ah, o Galo vai jogar hoje". É uma bandeira para muitos. É com alegria que vemos aqui atleticanos da minha idade e atleticanos jovens dessa torcida que não pára de cantar. As crianças também mostram o futuro do Atlético.

Lembro-me daquele jogo no ABC, em Santo André, em que ficamos desanimados por alguns instantes. O jogo estava 1 a 1, eles não paravam, ficavam brigando conosco e pedindo para cantarmos para o time vencer. E, ao final, venceu mesmo. É uma torcida brava, apaixonada e diferente, que não pára de cantar e dar força para o time.

Lembro que, quando íamos jogar na Seleção Brasileira, ficávamos um pouco incomodados porque diziam que era ruim demais jogar no Mineirão. Pensávamos que era por causa do nosso time, mas era por causa da torcida, que não pára de vibrar o tempo todo. De alguma forma, ela sempre representou uma força muito grande para o time do Atlético, esperamos que continue assim.

Neste momento em que o Atlético ganhou mais um título mineiro, esta homenagem que a Assembléia faz é merecida e nos faz lembrar a história de tantos títulos ganhos em Minas Gerais, que, de alguma forma, eternizou grandes equipes do Atlético que foram campeãs, tricampeãs, hexacampeãs mineiras. Elas estão na memória, no coração, no imaginário do atleticano, que consegue falar a escalação daquele time do Cafunga de cor e daqueles grandes jogadores que vestiram a camisa do clube.

Parabéns, Presidente Ziza Valadares. Estamos torcendo para que depois do Campeonato Brasileiro os Deputados Eros Biondini, Ademir Lucas ou Gustavo Valadares, quem for mais rápido, faça um requerimento para homenagearmos o bicampeonato brasileiro do Atlético. Parabéns e muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Deputado Gustavo Valadares, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Sr. Luiz Otávio Motta Ziza Valadares de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "O Clube Atlético Mineiro, devido a uma história construída por grandes vitórias e jornadas gloriosas, muito orgulha nossa gente, sendo reconhecido como um dos maiores times de futebol do Brasil. A homenagem do Parlamento de Minas a este importante clube pela conquista do Campeonato Mineiro de Futebol de 2007. Solicitamos a estes que se posicionem no local indicado para a cerimônia.

O Sr. Presidente - Convido para participar da entrega da placa os Deputados Eros Biondini, João Leite e Ademir Lucas, e, em nome do Presidente do Atlético, a seu pedido, todas as crianças presentes no Plenário da Casa, quebrando um pouco o protocolo da Casa.

- Procede-se à entrega de placa.

Palavras do Sr. Luiz Otávio Motta Ziza Valadares

Exmo. Sr. Deputado Gustavo Valadares - de quem tenho a honra de ser pai, por isso peço licença a você para uma saudação especial porque é um atleticano tão doente como o pai -, aqui representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Vereador Valdir Antero, o Índio, representando o Totó, Presidente da Câmara dos Vereadores, outro atleticano de quatro costados e a quem recomendo um grande abraço; meu companheiro Paulo Roberto Prestes, representando os ex-atletas do Clube Atlético Mineiro; Deputado Eros Biondini, muito obrigado pelo trabalho, pelo esforço e pela honra de nos dar novamente a oportunidade de estar novamente nesta Casa recebendo uma homenagem em nome do Clube Atlético Mineiro; Exmo. Sr. Deputado João Leite, cujo passado e glórias do que fez pelo Atlético e o seu trabalho na Assembléia Legislativa falam por si sós; deixo de agradecer-lhe porque o Atlético já o fez muito. Somos muito honrados de ter um companheiro como João Leite, com um passado no Atlético e um presente aqui na Assembléia.

Gostaria de dar um abraço especial em algumas pessoas, começando pelo Heleno, ex-jogador do nosso clube, que está aqui conosco, passando pelo nosso ex-jogador também e Diretor do Atlético, hoje trabalhando conosco, o "Beto Bom de Bola", que está aqui; meu companheiro de longas datas e jornadas nesta Casa, Deputado Ademir Lucas.

Particularmente, gostaria de fazer dois agradecimentos. O Deputado Gustavo Valadares pediu que os meninos viessem à frente, porque vocês não podem avaliar a importância de vermos novamente as crianças vestindo a camisa do Atlético. Diria que a conquista do título do ano passado e, agora, do Campeonato Mineiro fez o Atlético ressurgir. Solicito aos Srs. Deputados que busquem um DVD feito pela Rede Minas de Televisão sobre a subida do Atlético desde o ano passado. Mais do que a volta para o nosso lugar merecido, que é a Série A, o vídeo mostra o ressurgimento, nas crianças, da paixão pelo Atlético.

Nos próximos 15 dias, faremos uma campanha, que o Atlético já fez em tempos idos. Iremos a todas as escolas, principalmente da Região Metropolitana, levando o Galo, jogadores e todo o mundo, para buscarmos, na meninada, a força da maior torcida do Brasil.

Agradecemos a esses meninos e à torcida representada pelo Movimento 105. Não há uma torcida no Brasil que se compare à do Clube Atlético Mineiro. Até os nossos adversários dizem isso. Os nossos principais adversários sabem que a nossa maior força está exatamente em nossa torcida. Isso é inigualável. Diria que temos buscado forças para trazer alegria para a torcida.

O Deputado João Leite foi muito feliz aqui hoje. Não faz quatro meses, estive aqui recebendo um título; hoje, estou novamente nesta Casa; e voltarei daqui a alguns dias. Quando o Atlético começou a jogar no campeonato, eu dizia que seríamos campeões. Disseram que eu era doido e "pato novo", pois o Atlético não chegaria a lugar nenhum. Somos campeões, e eles estão lá atrás, onde ficarão mais tempo ainda.

Brinquei certa vez, mas, infelizmente, não pude trazê-la, pois tinha um compromisso: disse que arrumaria um apartamento para a Beth Carvalho morar em Belo Horizonte, porque cantará tanto nos campeonatos do Atlético, que seria melhor morar aqui.

Sou um otimista contumaz. O Atlético é absolutamente viável. Temos problemas? Temos. Estamos resolvendo? Estamos.

Há quantos anos não tínhamos um jogador na Seleção Brasileira? O Diego foi convocado hoje. O goleiro do juvenil foi convocado para a Seleção Brasileira Sub-17. A notícia é ruim, mas é boa também, pois, nos últimos anos, ninguém do nosso time era procurado para ser vendido. Hoje os empresários quase fazem fila à minha porta para comprar jogadores do Atlético, mas não venderei todos, somente dez. Isso é brincadeira. A meninada pode ficar tranqüila quanto a isso. Teremos de disponibilizar somente alguns jogadores, para termos recursos para pagar a folha de funcionários. O Atlético tem 600 empregados, entre jogadores e funcionários. Todo mês tenho de matar um leão com canivete sem ponta para pagar-lhes. No Brasil, na Série A e na Série B, há 40 clubes, sem contar a Série C, que tem 20. Nessas duas mãos não posso contar quantos clubes pagam em dia os seus empregados. O Atlético está pagando os seus funcionários e jogadores. Somos campeões, e o "bicho" e a premiação já foram pagos. Sei com que sacrifício isso foi possível, mas acreditamos no Atlético e buscamos, de todas as formas, comemorar todos os dias as nossas vitórias.

Quero dar um abraço no Silas. A nossa nova comissão veio junto com o Zetti, nosso novo treinador.

Quero, publicamente, dizer que o Silas é uma surpresa agradabilíssima. A soma do Zetti, do Silas e do Fernando deixará a torcida do Atlético muito agradecida. Estamos muito esperançosos, porque são pessoas que sabem o que fazem. Tive oportunidade, no jogo em São Paulo, de estar ao lado do Silas durante todo o jogo e fiquei muito impressionado pelo seu conhecimento.

Quero dizer que a minha alegria de estar aqui representando o Atlético Mineiro é imensa. Vocês terão notícias de muitas coisas boas que estamos buscando para o Atlético.

Aproveito que aqui é a Casa do povo para dizer que estamos reabrindo em todo o Estado de Minas Gerais os cônsules. Queremos um cônsul em cada Município de Minas Gerais. Primeiramente, o cônsul será eleito por 10 pessoas na cidade. Em agosto haverá uma eleição com todos os associados. O Atlético terá uma representação em cada Município do Estado. Vamos voltar a ocupar aquilo que sempre foi nosso e que já é novamente. Somos campeões, e eles estão atrás e vão ficar durante muito tempo. Temos o maior número de títulos e não temos tranqüilidade. Vamos com absoluta tranqüilidade voltar a ser campeões, vamos nos classificar. Temos uma glória que eles vão demorar muitos anos para ter: vamos fazer um centenário com grandes festas, com a participação popular.

Agradeço a homenagem da Assembléia Legislativa, agradeço a todos os que aqui compareceram para nos dar essa força e, mais uma vez, encerro agradecendo aos Deputados e à meninada, que nos dá uma força muito grande para trabalhar para o Atlético.

Execução do Hino do Clube Atlético Mineiro

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o hino oficial do Clube Atlético Mineiro, que será interpretado pelo Movimento 105. Durante a apresentação do hino, receberemos em Plenário o mascote do Clube Atlético Mineiro.

- Procede-se à execução do Hino do Clube Atlético Mineiro.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Luiz Otávio Motta Ziza Valadares, Presidente do Clube Atlético Mineiro, de que tenho o orgulho de ser meu pai; Vereador Valdir Antero Vieira, nosso querido "Índio", a quem agradecemos a presença, representando o Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Paulo Roberto Prestes, representando os ex-atletas do Clube Atlético Mineiro; Deputados Eros Biondini e João Leite, co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; Vereador Vinícius Dantas, que nos honra com sua presença. Gostaria de agradecer a presença ao Movimento 105; às torcidas organizadas Esquadrão Atlético, Galo Metal e Eficigalo; às senhoras e aos senhores, em especial os pequenos atleticanos, que se fazem presentes nesta Casa, nesta segunda-feira. Esta reunião é uma homenagem ao Clube Atlético Mineiro e também à sua importante torcida, símbolo do carinho e do amor que esse clube desperta em todo o nosso Estado.

Campeão mineiro 39 vezes, o Atlético, novamente presente na Série A do Campeonato Brasileiro, mostra, ao longo de sua quase centenária história, que é o time que sabe dar a volta por cima, carregado pela intensa paixão dos seus torcedores.

O campeonato que, com certo atraso, comemoramos tem ainda um gosto de retorno do gigante adormecido que superou a tristeza de um rebaixamento para regressar, absolutamente radiante, como Campeão Brasileiro da Série B.

Primeiro campeão brasileiro, nosso alvinegro certamente nos reserva surpresas positivas no torneio que agora se inicia. Para isso, contará com o tradicional empurrão para a frente por parte da massa atleticana.

Ser atleticano, já disse o cronista Armando Nogueira, é "unir-se num estado de espírito, compartilhar uma memória e fazer da esperança uma permanente iminência". Para Armando Nogueira, a massa atleticana é a prova maior de que, acima de tudo, existe a paixão por uma cor, um nome, um símbolo.

Com duas curtas sílabas, a palavra "galo", também um grito de guerra, é aquela que, com mais verdade, expressa o inexplicável dessa paixão. Diante do Atlético todos somos iguais, não importa a posição social. O conjunto de atleticanos é toda uma gente preta e branca, que, dormindo ou não na fila, grita, chora e acredita da mesma maneira.

Para Roberto Drummond, ser atleticano é um querer-bem, uma ideologia. É ele quem nos testemunha já ter visto atleticano rasgar a carteira do clube e, logo em seguida, catar os pedaços e colar, como faz o amante com o retrato da amada. Esse amor, também dito por ele, é uma tatuagem, com as iniciais CAM gravadas no coração de cada torcedor. Afinal, que outro clube brasileiro mereceu uma imagem de tamanha força poética como esta: "Se houver uma camisa branca e preta pendurada no varal durante uma tempestade, o atleticano torce contra o vento."?

Raça, garra, paixão, são os sentimentos que esta camisa alvinegra desperta tanto nos que a envergam dentro do campo quanto nos que a vestem, cheios de orgulho, nas arquibancadas.

Em breve, em março de 2008, comemoraremos o centenário do clube. Essa será uma festa de imensa importância para o povo de Belo Horizonte e de todo o Estado. Certamente, em vista dessa festa, novas conquistas e novos títulos se juntarão à lista em que se destaca o tão simbólico Campeão do Gelo, em 1950, quando o time mineiro se apresentou triunfante ao mundo.

Que os nossos corações listrados de preto e branco continuem batendo com a mesma emoção, comemorando novas jornadas gloriosas, pois nossa vocação é "lutar, lutar, lutar, com toda a nossa raça para vencer". Clube Atlético Mineiro, uma vez até morrer". Muito obrigado. Antes de encerrar a reunião, um último grito de guerra, a pedido dos Deputados João Leite e Eros Biondini. Vamos todos juntos gritar: "Galo!".

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 15/5/2007

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Gil Pereira, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fábio Avelar e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Neste momento, o Presidente registra a presença dos alunos do 3º Período do curso de Gestão Pública do Centro Universitário da UNI-BH. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 959, 963, 968, 970, 976, 982, 985, 986, 1.000, 1.004, 1.005 e 1.013/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 960, 974, 980, 983, 991, 995, 1003, 1008 e 1009/2007 (Deputado Sebastião Costa); 966, 972, 979, 988, 993, 996, 1002 e 1.010/2007 (Deputado Delvito Alves); 958, 967, 975, 989, 990, 994, 1.001, e 1.014/2007 e Projeto de Lei Complementar nº 20/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 964, 965, 969, 973, 981, 984, 999, 1.011 e 1.016/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 976, 978, 987, 992, 998 e 1.012/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); 961, 962, 971, 997 e 1.006/2007 (Deputado Gil Pereira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 828/2007 na forma do Substitutivo nº 1, 932/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); Projeto de Lei Complementar nº 19/2007 e Projetos de Lei nºs 335, este com as emendas que receberam os nºs 1 a 6; 631, 637, 715/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 151, 281, este na forma do Substitutivo nº 1; 462, 679, 683, este na forma do Substitutivo nº 1; 752/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 247/2007 na forma do Substitutivo nº 1; 566, 583 e 708, os três com as emendas que receberam os nºs 1 e 2; 636 com a Emenda nº 1; 931/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 351 e 641/2007, ambos na forma do Substitutivo nº 1; 930, 934/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 558, 933/2007, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor o

Projeto de Lei Complementar nº 18/2007 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, os Projetos de Lei nºs 849, 915/2007 e à Secretaria de Estado de Fazenda, o Projeto de Lei nº 940/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). O Deputado Sebastião Costa emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 617/2007 mediante o qual conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria com as Emendas de nºs 1 a 14. Anunciada a discussão, o Deputado Gilberto Abramo apresenta uma proposta de emenda ao parecer do relator. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação e é aprovado o parecer do relator, salvo proposta de emenda. A seguir, submete a votação, a proposta de emenda do Deputado Gilberto Abramo, que é aprovada. Nos termos do art. 138, § 1º do Regimento Interno, é aprovada a nova redação do parecer que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria com as Emendas de nºs 1 a 15. Os Projetos de Lei nºs 18, 431 e 582/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 209, 428 e 490/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio, o primeiro em virtude de redistribuição); 218 e 678/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 427/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 435 e 488/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 599 e 675/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 467, 480, 768 e 922/2007 (este em virtude de redistribuição), no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo respectivo relator, Deputado Gilberto Abramo. Os Projetos de Lei nºs 561 e 705/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gilberto Abramo aprovado pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 574 e 586/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo respectivo relator, Deputado Delvito Alves. O Projeto de Lei nº 808/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Weliton Prado, aprovado pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 609 e 826/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo respectivo relator, Deputado Sebastião Costa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 245, 795, 822, 841, 889, 935/2007 (relator: Deputado Gil Pereira); 315, 844, este com a Emenda nº 1; 881, 911, 951/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 720, 812, 836, 839, 861, 891, 901, 945, este com a Emenda nº 1/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 793 com a Emenda nº 1, 831, 838, 857, 870, 877, 928 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 818 e 977/2007, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 819, 834, 879, 886, 887, 904, 927, 939, 947/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 820, 825, 869, 892, 914, 937, 938, 944, 953/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 771 e 803/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 723, 770, 782, 790, 791, 796, 805, 811, 814, 824, 842, 843, 854, 867, 876, 888, 890, 905, 920, 925 e 1.001/2007; à Secretaria de Educação, os Projetos de Lei nºs 821 e 827/2007; ao DER-MG o Projeto de Lei nº 823/2007; e ao Presidente da Instituição Movimento Oficina Cultural, o Projeto de Lei nº 806/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues - Gilberto Abramo - Sebastião Costa.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 16/5/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Delvito Alves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 929/2007, no 2º turno, para o qual designou como relator o Deputado Domingos Sávio. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Domingos Sávio, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 929/2007, em 2º turno, na forma original, o Deputado Sargento Rodrigues apresenta seis propostas de emendas, as quais receberam parecer contrário do relator. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo propostas de emendas. Submetidas a votação, são rejeitadas as propostas de emendas, ficando, portanto, aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 929/2007 na forma original (relator: Deputado Domingos Sávio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2007.

Ademir Lucas, Presidente - Chico Uejo - Lafayette de Andrada - Inácio Franco.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 16/5/2007

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Braúlio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 416/2007 (relator: Deputado Braúlio Braz). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 495, 496, 504, 516, 517, 519, 540 e 541/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini em que solicita seja realizada visita da Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, à Serra da Piedade, para conhecer a situação do patrimônio histórico, artístico e cultural e verificar as conseqüências da aplicação da Lei nº 16.133 de 2006, Braúlio Braz em que solicita seja realizada visita à região da Serra do Brigadeiro, em especial o Pico do Itajuru, com vistas a conhecer o potencial turístico da região. A Presidência informa que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial para o estudo da atenção à Pessoa com Transtorno Mental, deficiência mental ou autismo, em 21/5/2007

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o tema "Estruturação da rede de assistência à pessoa portadora de deficiência física, mental ou com autismo" e os subtemas "O que já foi implementado", "Dificuldades para implementação da rede", "Perspectivas de sua concretização" e "Aplicabilidade do Projeto de Lei nº 652/2007"; e informa o recebimento de comunicação da Liderança do Bloco Social Democrata, indicando a Deputada Gláucia Brandão para membro suplente dessa Comissão, na vaga do Deputado João Leite. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Flávio Lúcio Assis Moreira e Darcy Fioravante Barros Barbosa, Assessores Técnicos da Coordenadoria Estadual de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, da Secretaria de Saúde, e Maria Dolores da Cunha Pinto, Vice-Presidente da Federação das Aaes do Estado, que são convidados a tomar assento à mesa. Presentes, também, os seguintes convidados permanentes: Estela Maris Guillen de Souza, Presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape -, e Nelson Garcia, Superintendente de Políticas Públicas do Caade e representante do Conped. A Presidência tece suas considerações iniciais e logo após passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2007.

Célio Moreira, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 23/5/2007

Às 16h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães e Eros Biondini (substituindo este ao Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do Bloco BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater possíveis soluções para minimizar os impactos do iminente despejo da Comunidade Novo Lajedo, frente à concessão de medida liminar de reintegração de posse. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 904/2007, em turno único (Deputado Ronaldo Magalhães) e 637/2007, no 1º turno (Deputado Weliton Prado). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Fernando Antônio dos Santos, Diretor de Desenvolvimento de Programas e Projetos Habitacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Heverton Flávio Ronconi da Rocha e Ana Cláudia da Silva Alexandre, Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais; Sara de Souza Otoni, Representante do Movimento Brigadas Populares; Maria Idelma Bisinotto Tomas, Presidente da Cooperativa Habitacional Metropolitana Ltda. - Cohabita -; Ednéia Aparecida de Souza, Diretora da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais, e Lucilene Coelho Pereira, moradora da Comunidade Novo Lajedo. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Weliton Prado tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 550, 551, 552, 553, 561, 562, 564 e 565/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Weliton Prado e Ronaldo Magalhães (4), em que solicitam sejam realizadas visitas conjuntas desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e ao Secretário Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte para tratar de assuntos relativos à Comunidade Novo Lajedo; ao Juiz da 8ª Vara Cível e ao Tribunal de Justiça (Câmara de Recurso) para discutir possíveis soluções para minimizar os impactos do iminente despejo da Comunidade Novo Lajedo, frente à concessão de medida liminar de reintegração de posse, e à Comunidade Novo Lajedo para verificar "in loco" os problemas relativos ao possível despejo. Em atenção a requerimento da Deputada Cecília Ferramenta e do Deputado Weliton Prado, foi adiada a votação do requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 637/2007 apreciado em reunião conjunta desta Comissão e das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública. A seguir, o Presidente recebe do Sr. Heverton Flávio Ronconi da Rocha, Defensor Público do Estado, documentação referente à ação civil pública com pedido de liminar da Comunidade Novo Lajedo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Almir Paraca.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 46ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 30/5/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 930/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto..

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 325/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 29/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular - Credpop. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 380/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2007, do Governador do Estado, que acrescenta parágrafo ao art. 2º-A da Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado - AGE. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 305/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Empresa São Gonçalo Ltda. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 320/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ritópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 456/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Rio Pardo de Minas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 20/2007, do Deputado Eros Biondini, que modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a instalação e a obrigatoriedade de manutenção programada dos sistemas de ar condicionado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 322/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ituiutaba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.025/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a alienar ao Município de Jaíba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresental. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 19/2007, do Governador do Estado

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 547/2007, do Deputado Dimas Fabiano, e 752/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater os prejuízos à saúde causados pelo tabagismo e contribuir para a redução do número de fumantes, aproveitando o ensejo do Dia Mundial sem Tabaco, com os convidados mencionados na pauta

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 533/2007, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia: Requerimentos nºs 582/2007, do Deputado Weliton Prado; 601 e 602/2007, do Deputado Inácio Franco.

Finalidade: debater, em audiência pública, as condições de participação e a efetividade da parceria entre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - e a PMMG, no Município de Ribeirão das Neves, e as condições de trabalho dos policiais militares lotados no referido Município.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 636/2007, dos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Jangrossi.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 841/2007, do Deputado Eros Biondini; 822/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 930/2007, do Governador do Estado; 1.025/2007, do Deputado Gil Pereira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 11/2007, do Governador do Estado; 131/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 281/2007, do Deputado Célio Moreira; 356/2007, do Deputado Durval Ângelo; 931, 932 e 934/2007, do Governador do Estado; 1.137/2007, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 158/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 546/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 554/2007 e 578/2007, do Deputado Jayro Lessa; 592/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 29/2007, do Governador do Estado.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 482/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 659/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 800/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 784/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 825/2007, do Deputado Antônio Júlio; 857/2007, do Deputado Paulo Cesar; 928/2007, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos nºs 567 e 568/2007, do Deputado Walter Tosta; 586/2007, do Deputado Zezé Perrella ; 593/2007, do Deputado Paulo Cesar; 607/2007, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 30/5/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 579/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 594/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 595/2007, do Deputado Paulo Cesar; 598/2007, do Deputado Domingos Sávio, e 606/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 30/5/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; do Projeto de Lei Complementar nº 19/2007, do Governador do Estado, que acrescenta parágrafo ao art. 2º-A da Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 20/2007, do Deputado Eros Biondini, que modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências; 29/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular; 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a instalação e a obrigatoriedade de manutenção programada dos sistemas de ar condicionado e dá outras providências; 305/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Empresa São Gonçalo Ltda.; 320/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ritópolis o imóvel que especifica; 322/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ituiutaba o imóvel que especifica; 325/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica; 380/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos os imóveis que especifica; 456/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Rio Pardo de Minas; 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro; 930/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Belo Horizonte; e 1.025/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza a Fundação Rural Mineira a alienar ao Município de Jaíba, o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de maio de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Maia, Adalclever Lopes e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2007, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Jayro Lessa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Fahim Sawan, Ivair Nogueira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2007, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Domingos Sávio, Gilberto Abramo e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2007, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca, Rômulo Veneroso e Wander Borges, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 30/5/2007, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem, em audiência pública, a elaboração e a implementação de política estadual voltada para o gerenciamento da coleta, do tratamento e da disposição final dos resíduos sólidos de origens domiciliar, industrial e hospitalar no Estado de Minas Gerais, e também a situação do lixo em Belo Horizonte e nos demais Municípios da região central, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2007

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Gilberto Abramo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Delvito Alves, Inácio Franco e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/5/2007, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Ademir Lucas, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 822/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Academia de Capoeira Garra Mineira, com sede no Município de Ubá.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 822/2007 pretende declarar de utilidade pública a Academia de Capoeira Garra Mineira, com sede no Município de Ubá, que tem por finalidade principal a preservação e divulgação dos aspectos culturais, técnicos e sociais da prática da capoeira.

Para alcançar suas metas, organiza campeonatos, competições e torneios, com ampla participação de seus atletas promove reuniões sociais e recreativas e incentiva a cultura física, o civismo e atividades intelectuais.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 822/2007.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2007.

Carlin Moura, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/5/2007

O Deputado Bráulio Braz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus conterrâneos que nos vêem pela TV Assembléia, membros da imprensa presentes, funcionários desta Casa Legislativa, visitantes que ocupam as galerias, antes de passar ao assunto que me trouxe à tribuna, uma homenagem à minha terra natal Muriaé pelo aniversário de sua emancipação política e também ao Hospital São Paulo de Muriaé, que completa 80 anos.

Gostaria de mencionar um fato ocorrido ontem: recebi em meu gabinete a visita de sete Prefeitos que me apoiaram na eleição passada e com eles me dirigi à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, onde fizemos uma reunião com o Secretário Dilzon Melo para sabermos o que poderíamos tirar de proveito dessa Secretaria, para levarmos aos nossos concidadãos benefícios de infra-estrutura e investimentos capazes de propiciar melhora de vida para o povo. Estiveram conosco os Prefeitos: Janinho, Jânio David Lamas, Prefeito de Silverânia; Dr. Luiz Antônio de Freitas, de Palma; Arlindo Figueira, de Patrocínio do Muriaé; Vasco Rodrigues Caldas, de Eugenópolis; Clerinho, José Clério Alves Terra, de Faria

Lemos; Luiz Antônio de Medeiros, de Rodeiro; e Olacir Ely da Silva, de Alfredo Vasconcelos. Quero parabenizar esses sete Prefeitos e espero que tenham sucesso em suas reivindicações e um bom resultado de sua visita.

Nada enobrece mais um homem do que falar da sua terra, da cidade que o viu nascer, crescer e constituir a sua família. O Município é a célula fundamental de uma nação. No Município nascem não só as pessoas, mas as convicções e o próprio espírito nacional, que um dia irá representar o caráter e a maneira de ser de um país. Hoje tenho o prazer e a honra de ocupar esta tribuna para falar de um Município importante em nosso Estado de Minas. Hoje ocupo esta tribuna para falar de Muriaé, a minha terra natal, que, no último dia 16, completou 152 anos de emancipação política. Nasci e me criei em Muriaé. Ali forjei o meu caráter no trabalho diário e na formação familiar pautada nos conceitos de moral e de responsabilidade, comuns às famílias mineiras. A minha terra, que já foi São Paulo do Muriaé, conheceu os primeiros desbravadores nos distantes idos de 1817, homens que, com obstinação e coragem, venceram o incômodo de pântanos e de febres, desbravaram a mata virgem e selvagem em busca de plantas medicinais e de terra de cultivo, mas, acima de tudo, em busca de um sonho. São 190 anos de história e 152 anos de maioridade política.

No dia 16/5/1855, a nossa Muriaé foi elevada a Município independente, começando a sua trajetória histórica a caminho do desenvolvimento. Iniciava uma história que a levaria a ocupar, no futuro, um lugar de destaque entre as maiores cidades do Estado de Minas. Conheceu problemas, venceu desafios e, aos poucos, notabilizou-se no cenário econômico mineiro: primeiro, na produção cafeeira, que lhe reservou uma posição de supremacia no Estado de Minas e de grande destaque no País, contribuindo decisivamente nas exportações cafeeiras nacionais; depois, destacou-se na pecuária, transformando-se em uma das maiores bacias leiteiras do nosso país. A abertura da estrada Rio-Bahia foi outro marco significativo de progresso. Inaugurada com a visita a Muriaé do ilustre Presidente Getúlio Vargas em 1939, a Rio-Bahia iria dar novos rumos à vocação produtiva e comercial do nosso Município. Com a abertura dessa nova artéria rodoviária, o comércio se diversificou e, às margens da nova estrada, Muriaé passava a ter livre comunicação com todo o País, experimentando o progresso e o desenvolvimento econômico e social. Hoje Muriaé é pólo importante da indústria de confecções e continua a sua trajetória. O aumento populacional e as crises sociais e econômicas que afetam o nosso país também afetam a nossa cidade, como a tantas outras. São problemas que temos o dever de solucionar como homens públicos e como cidadãos de nossas comunidades. A nós, homens públicos, cabe o dever de buscar o desenvolvimento das nossas comunidades, mas um desenvolvimento sustentável, em sintonia com o meio ambiente e de acordo com os anseios da nossa população.

Mas não se faz o progresso sozinho. Durante todo o percurso histórico do nosso Município, várias instituições contribuíram para o seu desenvolvimento e merecem o carinho e o respeito de todos nós. Uma dessas instituições, digna de registro, é o Hospital São Paulo, uma entidade de caráter filantrópico e que este ano comemora 80 anos de existência. Durante oito décadas o Hospital São Paulo tem prestado relevantes serviços à população de Muriaé e de Municípios vizinhos que a ele recorrem. Lutando sempre com dificuldades financeiras e escassez de verbas para se manter, o Hospital São Paulo manteve-se durante todos esses anos vencendo desafios e aparelhando-se com equipamentos e um corpo clínico competente e dedicado. Acompanhou o progresso científico, adaptou-se aos novos tempos e, em razão disso, é hoje uma referência regional na área da saúde em vários procedimentos, até em procedimentos de alta complexidade, como na área da cirurgia cardíaca.

Aproveitamos, portanto, esta oportunidade, para, daqui desta tribuna, saudar Muriaé pelos seus 152 anos de emancipação política e parabenizar o seu povo pelas lições de trabalho, otimismo e hospitalidade que tem dado através de todos esses anos. Ao mesmo tempo, cumprimentamos a equipe médica, os funcionários e a provedoria do Hospital São Paulo pelos seus 80 anos de excelentes serviços prestados ao nosso Município e à nossa região.

Como representante da minha região e do meu Estado nesta Assembléia Legislativa, procurarei sempre defender os legítimos interesses do povo que represento, para que a nossa região e o nosso Estado consigam promover cada vez mais o desenvolvimento econômico e social tão desejado pela população. A representatividade de um homem público é diretamente proporcional ao trabalho que faz no cargo que exerce, como contrapartida à confiança que nele depositou parcela significativa da população. Que a nossa Muriaé continue no caminho do desenvolvimento! Nós continuaremos lutando pelo seu progresso e pelo desenvolvimento econômico e social do povo da nossa terra. Merecem também os parabéns nossos conterrâneos de Juiz de Fora, pela passagem do aniversário da cidade, ao comemorar seus 157 anos. Obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na primeira fala do meu pronunciamento, gostaria de dizer ao Deputado Carlos Mosconi, apesar da sua ausência, que, quando o Governador Itamar Franco impediu a presença do PSDB na Mesa desta Casa, fui a única voz, que briguei e quase que rompi com o Governador e com o Presidente, que era o Deputado Anderson Adauto, porque achava que era uma afronta ao nosso Regimento e à democracia.

A maioria dos Deputados aceitaram a ausência do PSDB. Da mesma forma, nas eleições deste ano, o PMDB teria direito, pelo Regimento, à 1ª-Secretaria. E também fomos aliados do processo. E os Deputados aceitaram essa truculência do Palácio, que impediu que o partido permanecesse com a 1ª-Secretaria, levando-se em conta que a vaga seria do PMDB ou do PT. O PT havia declinado da indicação, logo, a vaga seria do PMDB, e ficamos de fora.

Não concordei, e por isso, Mosconi, sinto-me tranqüilo para levantar essa questão. Na época do Itamar, quando soltaram a nota oficial, eu a rasguei, no 23º andar, pois considerei uma aberração, contrária ao nosso Regimento e à democracia. Quando disse que o Deputado rasgou o Regimento Interno, foi de fato uma ação da Assembléia contra a Mesa, e não contra o governo. Eles estavam fazendo oposição ao governo, mas, naquele momento em que rasgaram o Regimento, foi também truculência do Presidente da época, o Deputado Anderson Adauto.

Deixo claro nosso posicionamento para que possamos relembrar também a história do Parlamento, porque é importante sabermos dessas dificuldades. Mosconi, falo com muita propriedade porque talvez eu seja o Deputado que já participou de todos os lados: Oposição, Situação, meio do caminho, Presidente, Corregedor, Presidente da Comissão de Justiça. Conheço o funcionamento do processo político.

A questão do Regimento está passando dos limites. Não adianta apresentar um requerimento solicitando informações e que precise que lhe seja dada seqüência, como vários que fiz, porque eles não saem da gaveta, pois o governo não autoriza. Esse é meu questionamento. Quero exercer meu papel de Deputado de fiscalizar e receber as informações. Essa foi minha posição. Não tenho nada contra o PSDB. Sou amigo dos dois até hoje. São dois grandes companheiros. Entretanto, quero relembrar a história deste Parlamento, que era bastante ativo. Havia problemas e muitas discussões. Hoje, infelizmente, estamos sem poder discutir.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Parabenizo-o pela atitude que teve na ocasião. Eu era Presidente do PSDB e por isso me lembrei, pois foi uma fato marcante. Estava em Brasília, quando tive notícia de que a Assembléia havia escolhido sua Mesa com a exclusão dos parlamentares do PSDB. Aquilo soou como uma truculência. V. Exa. foi contra na ocasião, e fico feliz em saber. A convivência democrática é extremamente salutar para nós. V. Exa. considera que hoje praticamente não temos debates. Acredito que seja uma circunstância momentânea. Daqui a pouco será tomada outra direção, outro rumo, dentro do espírito da delegação dada a nós pelo povo mineiro e do espírito democrático que deve nortear nossas ações aqui dentro. Lembrei-me disso, caro Deputado Antônio Júlio, porque me pareceu oportuno no momento em que V. Exa. também lembrava um fato ocorrido aqui, já explicado por V. Exa. e pelo Deputado Bonifácio Andrada.

Deputado, creio que a Mesa terá competência e sensibilidade para entender e buscar soluções para as questões regimentais levantadas por V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, em meu nome e não em nome do PMDB, digo que estamos fazendo algumas propostas, como fiz na Bancada do PMDB no Senado, quando dizia que a política está dando nojo. Já disse isso várias vezes, até para a imprensa. Não se discutem mais projetos políticos. Discutem-se negócios. Isso traz esses escândalos que vivemos a toda hora. O PMDB tem a responsabilidade de fazer uma discussão política no Estado de Minas Gerais.

Precisamos trazer para esta Casa a discussão da importância ou não da construção do centro administrativo. Trata-se de um projeto de vaidade de uma ou duas pessoas que vem da época do governo Hélio Garcia. É preciso saber se é um projeto de governo ou pessoal.

Precisamos saber para quem é importante a centralização de todo o sistema. Será para o governo? Precisamos saber como o funcionário, que está há 12 anos sem receber aumento, irá locomover-se de regiões mais distantes para esse centro administrativo. Precisamos saber quanto o governo está pagando pela desapropriação do Jôquei Clube e das áreas próximas. Até isso é uma discussão política. Se chegarmos à conclusão de que a construção do centro administrativo é importante, deveremos apoiar. Mas estamos levando a coisa de roldão, ninguém está discutindo. O governo lançou o projeto, mostrou a maquete de Oscar Niemeyer, mas seu nome parece ser mais importante do que a própria obra, e a questão não está sendo discutida.

Não estamos discutindo segurança pública mais. Fiquei até feliz em ver uma publicidade do governo dizendo que deu 30% de aumento aos servidores da segurança pública. A proposta era dar 10%, mas o governo divulga que deu 30%. O governo está cumprindo seu papel de recompor o salário dos militares. Mas sei que essa propaganda não é verdadeira, pois serão dados 30% ao longo de 36 meses. No entanto, a publicidade do governo mostra ao povo que deu 30% de aumento.

Precisamos discutir isso. Precisamos discutir a questão da educação, que vai de mal a pior em Minas. As Diretoras de escolas não podem discutir política, nem receber visita de políticos nas escolas. Que ditadura é essa? Daí o papel do parlamentar, do PSDB, do PMDB, do PT, do PDT, do PV. Precisamos discutir isso. Qual é o Estado que queremos? Um Estado democrático e que realmente funcione.

Levanto um problema sério ocorrido comigo no final do ano retrasado. Fazia questionamentos a respeito da Secretaria de Fazenda, quando, um dia, um jornalista, atual funcionário da Assembléia, questionou-me. Dizia que eu estava defendendo a possibilidade de anistia porque era devedor de impostos ao governo. Discuti com ele, mas, cinco dias depois, apareceu com uma certidão emitida pela Secretaria de Fazenda, que quebrou meu sigilo fiscal usando documento falso, ou uma procuração ou uma Carteira de Identidade. Emitiram uma certidão falsa, com informações falsas.

Contei com apoio dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Mauri Torres, Líder do Governo e Presidente da Casa, respectivamente, à época, e fomos ao Secretário. Ele disse que se tratava de uma aberração que deveria ser apurada. Qual o objetivo de se emitir uma certidão falsa, com meu nome e com informações equivocadas? Não tive apoio de ninguém porque a imprensa não pôde divulgar. A "Folha de S. Paulo" fez uma entrevista que não foi divulgada.

Até hoje não tive uma resposta da Secretaria de Fazenda, e foi uma questão grave, aconteceu comigo, mas poderia ter acontecido com qualquer um de vocês. Por coincidência, ocorreu na época em que o Palocci caiu porque o sigilo bancário do porteiro foi quebrado. Mas quebraram meu sigilo fiscal, e a Secretaria de Fazenda não se manifestou até hoje. Alguns queriam que eu entrasse com ação contra os dois funcionários que emitiram a certidão. Mas eles não o fizeram porque queriam, pois foram obrigados a assinar a certidão. Por coincidência, essa certidão foi emitida na Secretaria de Fazenda de Frutal, no pontal do Triângulo Mineiro. E até hoje não temos essa informação. Por isso estou fazendo um requerimento solicitando que a Secretaria de Fazenda se manifeste a respeito das investigações efetuadas. Entrei na Justiça contra o Estado de Minas Gerais porque quero saber os objetivos da quebra do meu sigilo fiscal.

Quebraram o meu sigilo fiscal - o que é grave -, mas o pior, Deputado Fahim Sawan, é que isso foi feito com documento falso. Uma procuração ou minha carteira de identidade foram falsificadas por alguém do governo que queria denegrir minha imagem perante a opinião pública. E, felizmente, eles não conseguiram, porque os dados levantados não tinham embasamento. Eles não tiveram condições de discutir comigo.

Realmente, contei com dois dias de apoio do Presidente, na época, o Deputado Mauri Torres, e do Deputado Alberto Pinto Coelho, e as coisas se acomodaram. Depois, veio o processo eleitoral. Talvez esse fosse mais um instrumento que algumas pessoas ligadas ao governo teriam para tentar derrotar-me. Só que, mais uma vez, eles erraram o tiro e deram-me uma metralhadora. E agora não abro mão de que a Assembléia entre nesse processo: a Secretaria de Fazenda tem de se explicar. Vou às últimas consequências. Cobrarei do Ministério Público o porquê de não terem apurado o fato até hoje. O assunto é grave, e a gravidade tem dois aspectos: uma é a certidão que quebrou o meu sigilo fiscal; o outro é que a certidão foi emitida com uma procuração ou carteira de identidade falsificadas.

Qual era o objetivo? E se eu estivesse devendo ICMS? Fui empresário por muitos anos. Com 17 anos, fui emancipado para ser proprietário de comércio. E se eu devesse ICMS, qual é o problema? Todo o mundo que possui negócio pode dever. O mais grave: qual era o objetivo? Divulgar na imprensa que eu estava aqui exercendo o papel de parlamentar e querendo discutir a questão tributária.

Por isso tenho tranquilidade para discutir e falar as coisas, pois tenho sido vítima. Falo que sou o único sobrevivente da ditadura deste governo atual nesta Assembléia Legislativa. De todas as formas, tentaram me derrotar, e sobrevivi. Tive uma votação razoavelmente bem proveitosa, pois, com ela, estaria eleito em qualquer partido. Mas, repito, fui vítima disso. Sou sobrevivente dessa ditadura imposta em Minas Gerais, onde a imprensa está calada, censurada, onde não se pode falar nem discutir.

Portanto, levanto a questão no meu partido, o PMDB: vamos discutir política sim. Vamos começar pelo centro administrativo, cuja obra está orçada em R\$2.000.000.000,00, em US\$1.000.000.000,00. Ela é necessária? Acredito que toda obra seja necessária, mas ela não pode ser prioritária, pois atenderá ao interesse de uma pessoa e não ao interesse do governo do Estado. É essa discussão que queria que o PMDB patrocinasse.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Primeiramente, quero dizer que a votação expressiva recebida por V. Exa. é fruto do seu trabalho neste Parlamento. Sua figura não poderia ausentar-se desta Assembléia Legislativa. Mas quero fazer algumas breves considerações à sua abordagem.

V. Exa. fala que, ao ir a Brasília participar de conversações entre o PMDB e o governo, sentiu nojo de ver tantas negociatas. Realmente, esse é o sentimento do povo brasileiro ao assistir todos os dias ao noticiário e ao ver tanta corrupção neste governo federal.

A segunda questão: V. Exa. trata da certidão falsa, o que é um ato de extrema gravidade. Mas há de se compreender que o governo de Minas possui uma máquina estatal com quase 500 mil funcionários. É difícil para o Governador ou para o Secretário fiscalizarem o ato de qualquer um de seus funcionários. Na minha posição pessoal, penso que esse ato foi feito por um adversário político, mas é preciso ser apurado.

Darei apenas um exemplo. O atual Advogado-Geral do Estado, nosso irmão, quando foi Procurador-Geral do INSS, relatou-nos o episódio da reforma de uma agência do INSS no Rio de Janeiro. A pequena empreiteira que ganhou a obra ganhou-a por ter preço justo e por atender a todos os itens da concorrência. Ela concluiu a obra, que foi feita com preço pequeno, módico. Quando viram a certidão, a CND dada pelo INSS, para realizar uma obra no próprio INSS, era falsa. Ela não poderia ter passado na concorrência. Isso acontece, mas precisa ser apurado.

O último item que quero discutir rapidamente é sobre o centro administrativo. São dois raciocínios. Uma linha considera que a administração deve convergir toda para um só local, para facilitar a locomoção do cidadão. Outros defendem que a administração deve ser descentralizada, pois, dessa forma, poderá trazer o desenvolvimento a locais distintos. Essa é uma discussão filosófica, que atravessará os séculos. O governo atual optou por concentrar a administração em um só local. Essa é a grande questão. O governo entende que isso é necessário. V. Exa. questiona se é prioritária uma obra de US\$1.000.000.000,00. Se caminhararmos nesse raciocínio, toda obra será discutida se é prioritária ou não. Por exemplo, para a construção de um viaduto na Avenida Cristiano Machado, vai-se discutir se ele é prioritário ou se não seria melhor construir um posto de saúde ou reformar uma escola. Quando o orçamento é curto para grandes demandas, qualquer obra pode ser questionada se é prioritária ou não. O fato é que as obras devem ser realizadas visando ao interesse público, e não é outro o interesse do governo de Minas ao propor a construção do centro administrativo.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte) - Agradeço, Sr. Presidente.

Deputado Antônio Júlio, gostaria inicialmente de deixar bem claro que V. Exa. está nesta Casa há 17 anos. V. Exa. está no quinto mandato e, se fizer uma conta bem rápida - sei que sua memória é matemática -, multiplicando 5 mandatos por 77, chegará a 400 Deputados. Desses 400 Deputados, tenho que lhe confessar que, nesta Casa, encontram-se somente 4. Não citarei os nomes dos quatro porque penso não caber aqui ser maior ou menor. Isso é apenas para V. Exa. entender que, quem tem cinco mandatos, tem que ser criticado. V. Exa. já foi Presidente, Corregedor, presidiu várias questões, participou de Mesas, conhece a administração interna da Casa tanto na área financeira como do pessoal, portanto, para V. Exa., aumenta o seu currículo alguém te criticar. É uma crítica construtiva. Quanto à falsificação de Paracatu, entendo...

O Deputado Antônio Júlio* - Frutal.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - É só mudança de nome. Para mim, Frutal e Paracatu coincidem, porque a falsificação é uma só. E V. Exa. sabe que isso não foi obra do governo, que V. Exa. tem vários inimigos, assim como eu. Um filho seu não foi algemado pela Polícia Federal. Então, não foi só V. Exa. que foi conduzido a um processo eleitoral. Todos nós estamos nessa condição. Eleição é coisa que se explica a quem disputa. Para não me alongar muito, Sr. Presidente, a minha grande preocupação quanto ao centro administrativo é a Assembléia estar distante dele. Isso não dá. Temos que discutir também nesta Casa, Deputado Antônio Júlio, a construção de um prédio da Assembléia Legislativa no centro administrativo. Já que os Poderes estão indo para bem distante daqui, seria oportuno requerer à Mesa desta Casa a condição de lá se construir um prédio que possa alojar os Deputados. Imaginem os senhores se algum Deputado tiver de ir três vezes ao centro administrativo. Vamos discutir isso.

Quanto ao valor de US\$1.000.000.000,00, US\$2.000.000.000,00, penso que V. Exa. aumentou um pouco. O projeto não passa de US\$300.000.000,00, é transparente, está em processo inicial, e não há nenhum "bode" nisso, Deputado Antônio Júlio. Vamos discutir de forma que as coisas fiquem claras.

Fica aqui o meu apelo, Sr. Presidente, para que V. Exa. abra uma discussão com os Srs. Deputados para que contratemos um anteprojeto e uma área para que também possamos caminhar na modernidade tecnológica que o Deputado Lafayette de Andrada abordou neste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, só mais um minuto, para meu encerramento. Gostaria de dizer ao Deputado Lafayette de Andrada que o caso da minha certidão é um pouco diferente da CND. A CND pode ser emitida hoje pelo computador; a minha tinha a assinatura dos funcionários, com os números do Masp, é um pouco diferente. Isso não foi apurado imediatamente porque não quiseram. A culpa não era de quem assinou, mas de quem mandou fazer. Essa é a discussão.

Quanto ao centro administrativo, V. Exa. encerrou bem quando disse que precisamos discutir se ele é interesse de Estado, do governo. Se for do interesse, gosto de obra, sou obreiro. Toda obra é importante, todavia essa, infelizmente, não é de interesse do governo, mas de um pequeno grupo, que quer fazer essa monstruosidade, totalmente fora de propósito.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é uma honra poder falar logo após o Deputado Antônio Júlio, companheiro da resistência democrática na luta contra a ditadura, companheiro de cadeia, de prisão, do alto da Afonso Pena e de tantas outras lutas. Somos companheiros desde que fui Prefeito, em 1983.

Minha presença nesta tribuna é para comunicar aos nobres colegas que encaminhamos um projeto a esta Casa criando a Comenda Teófilo Otôni para homenagear pessoas importantes da política mineira e brasileira. Esse projeto deve entrar na pauta, e, de antemão, gostaria de pedir o apoio de todos os senhores, que já conhecem a história de Teófilo Benedito Otôni. Esse projeto prevê que a medalha seja entregue alternadamente na cidade do Serro, onde nasceu Teófilo Otôni, e na cidade de Teófilo Otôni, criada por ele como sua Filadélfia.

Meu raciocínio hoje está um pouco complicado. Estive, pela manhã, na Comissão de Fiscalização Financeira, discutindo o problema do Fhidro, fundo que ajudará a minorar os problemas de áreas hídricas das regiões mais pobres do Estado. Algumas pessoas se manifestavam contra à ocupação. Há também preocupação quanto à falta de seqüência administrativa dos projetos que, no passado, foram enviados para apreciação. O governo começava a trabalhar num sentido, mas, quando mudava a administração, imediatamente os projetos eram alterados.

Nossa preocupação ocorre porque, quando o governo está muito forte, muito bem ou muito mal, há uma tendência natural em jogar a culpa sobre o Legislativo. A tendência é ou de cooptar com o Legislativo ou de passar por cima deste Poder. Em virtude de o Governador Aécio Neves, em Minas, tal qual Lula, estar muito forte, querido e bem avaliado pela população, está ocorrendo um fato curioso: estamos vivendo a ditadura dos tecnoburocratas do governo. Hoje Secretário Adjunto manda mais que Secretário, e Diretor de órgão passa por cima de todo o mundo, sem se lembrar que a representação popular é feita pelos Deputados, cada um em sua cidade, em sua região.

Esses burocratas são competentes e importantes. Minas realmente tem uma burocracia muito competente, com técnicos de altíssimo nível. No entanto, eles não trazem consigo o sentimento que tem cada um dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que trilharam os caminhos de Minas, as suas estradas esburacadas, seus distritos e povoados, convivendo com a população dos bairros mais pobres e mais ricos, nas festas e solenidades. Eles não conhecem, como os Deputados, as pessoas, as gentes de Minas.

Esses tecnoburocratas precisam ser alertados contra a ação danosa que podem trazer ao grande governo do nosso querido Governador Aécio Neves.

Ouvimos queixas dos companheiros Deputados que não querem, claro, falar em público. Reclamam que tecnocratas dos órgãos do governo estão a atropelá-los em suas bases. Não tenho pejo de dizer que isso acontece em minha cidade, onde aconteceram seis nomeações sem que se consultasse a pessoa que obteve a maior votação da história da cidade. Eles pensam que conhecem mais da minha cidade; pensam que conhecem mais da sua cidade, do seu Distrito, do seu povoado, da sua estrada, dos interesses, das necessidades do seu povo. Estão estribando-se na fortaleza do nosso Governador para fazer um monte de besteiras.

É preciso que alguém alerte o governo - até para promover a defesa dele - sobre a ação dos tecnoburocratas, subalternos que se sentem gigantescamente fortes. Conhecemos isso muito bem. Cada Deputado tem seu assessor, que, às vezes, apresenta-se como pessoa mais importante que o próprio parlamentar; às vezes, avoca a si uma importância que não possui.

Isso está me atingindo. Não vou dizer-lhes que não está. Dói ver pessoas que não conhecem sua cidade-base sendo conduzidas para ocupar cargos de chefia, sem que você tenha sido ouvido, comunicado. Alegam: o cargo é técnico. Tudo bem, o cargo é técnico. Todavia, há também técnicos incompetentes ou que participam da política.

Ressalto que, em João Monlevade, terra do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, inauguraram o escritório regional do IMA e puseram um opositor para dirigi-lo. Isso é emblemático. Não se respeita sequer o Líder do Governo nesta Casa. Os tecnoburocratas estão com todo o poder.

Estou dizendo isso porque, quando fui Prefeito da minha cidade, tive a coragem de ir à televisão, aos jornais dizer que no Vale do Mucuri muitas chefias regionais estavam falando em nome do governo e fazendo mil besteiras. Não sabíamos sequer de onde vinham algumas pessoas, mas elas chegaram, aportaram lá, indicados pela própria estrutura da tecnoburocracia que domina o governo.

Não tenho pejo de dizer isso, porque, na verdade, sinto que estou dando uma grande contribuição ao Governador Aécio Neves, a fim de que ele entenda que nesta Casa estão as pessoas que traduzem a sensibilidade do povo da nossa terra. Neste Parlamento estão as pessoas que foram eleitas, buscando, no interior bravo, a oportunidade de representar a população mais sofrida de Minas Gerais.

Não citarei nomes de entidades nem de secretarias. No entanto, afirmo que há Secretários que, no tocante ao potencial, acham-se plenos. Que o diga a bancada do Norte, que engole isso em respeito ao Governador. Estamos em uma situação muito complicada, difícil. Queremos apoiar o Governador em todas as questões; queremos dar-lhe o suporte necessário, já que vislumbramos um próximo candidato à Presidência da República. Entretanto, isso às vezes se torna complicado, quando pessoas de segundo ou de terceiro escalão começam a comandar o processo passando por cima dos que disputaram e obtiveram os votos, que defenderam o Governador durante sua campanha. Isso é ruim.

Senhoras e senhores, o Parlamento é o Poder mais importante de qualquer república democrática. É um Poder aberto, onde se encontram os jornalistas, a platéia. Não dispomos de gabinete fechado nem de palácio para acertar negócios. Nosso jogo é aberto; estamos em contato direto e permanente com a população e cercados pela imprensa. Esse fato me preocupa muito, pois sou da primeira turma de jornalistas formados pela UFMG.

Trabalhei na TV Itacolomi, no "Diário de Minas" e fui-me alojar no "Diário do Comércio", o único jornal de Belo Horizonte, na época, em que comunista poderia trabalhar. Este ano estamos comemorando 100 anos de nascimento do Sr. José Costa, que acolheu a mim, ao Tilden Santiago, ao Titinho e a uma lista enorme de pessoas que militavam no Partido Comunista e estavam sendo perseguidos e presos. Fui detido três vezes pela polícia política.

Fico preocupado quando vejo a imprensa bater e perseguir tanto o Poder Legislativo. O nosso Poder é de porta aberta, de vidraças. Nossos gabinetes são freqüentados por pessoas do povo que entram, saem e passeiam pela Assembléia verificando tudo o que fazemos. Ninguém faz corrupção na Assembléia. Se houver um Deputado safado, ele faz o que é errado escondido.

Vivi em Brasília no período do Collor de Mello, quando fomos obrigados a cassar 12 Deputados, o Presidente da Câmara e o Presidente da República. Naquela época, a corrupção derrubou o Presidente da República. Agora assistimos a esse festival de corrupção, que não derrubou ninguém, mas que aumentou consideravelmente em relação ao que era no período do Collor.

Qual é a fonte da corrupção? Ela começa nos gabinetes dos tecnoburocratas e nos lobistas que se entrelaçam com os Ministros de Estado ou com os Secretários de Estado. O Deputado, às vezes, pega uma "ponguinha", quando é sem-vergonha. Apanha uma "ponguinha" e negocia uma emenda com uma empresa. Mas o grosso da corrupção está nos gabinetes fechados ou na predominância da tecnoburocracia no governo. Mas, sobretudo, está na falta de uma reforma política. Há conversas e mais conversas, enrola-se, empurra-se com a barriga, mas até hoje não se sabe o que acontecerá com a reforma política.

Fala-se em lista. Que beleza! Os donos dos partidos farão a lista e colocarão apenas os afilhados que quiserem. Isso já acontece na eleição de Senador, em que o suplente sempre é o político que financia a campanha.

Srs. Deputados, precisamos começar a limpar os aspectos obscuros e mostrar o que de fato tem acontecido no País e o que precisa de fato ocorrer. É preciso conversar com a imprensa, mas conversar daqui de cima, lá de baixo ou em qualquer lugar. É preciso mostrar à imprensa que o malefício que tem feito ao perseguir o Legislativo é muito maior. Ela envolve o risco de voltarmos à ditadura de fato. Não essa ditadura de que o meu amigo Deputado Antônio Júlio fala, escamoteada. Poderemos voltar à ditadura de fato. Quem viveu 22 anos no período da ditadura e a enfrentou, foi para o cárcere, foi perseguido e levou baioneta na testa e tiro no pescoço sabe muito bem o que é uma ditadura. Há muitas pessoas que dizem: "Sou da Esquerda", mas não passaram pelo processo de lutar e arriscar a própria vida.

Meus amigos, o Parlamento está passando por um momento difícil em Minas Gerais e no Brasil. Eu, que estive em Brasília, reconheço que esta Casa é um exemplo de Parlamento, onde há respeito mútuo e os vários partidos discutem entre si, de forma harmônica, buscando o melhor interesse do nosso Estado. Mas não podemos permitir que tecnoburocratas mandem no Estado, passando por cima daqueles que tiveram os votos do nosso povo. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Gostaria de cumprimentar o Presidente em exercício, Deputado José Henrique, a Mesa, os Deputados presentes nesta Casa Legislativa, aqueles que nos vêem pela TV Assembléia, servidores e servidoras.

Vou abordar um tema de fundamental importância para Minas Gerais, para o Brasil e, principalmente, para a Assembléia Legislativa. Trata-se de um tema que não pode cair no esquecimento em nenhum momento ou ser fruto apenas de algumas crises políticas em determinados momentos da história do País. Vou voltar ao tema da reforma política com mobilização e participação popular. Hoje os movimentos sociais têm discutido esse tema, muito mais amplo do que a proposta que está sendo discutida na Câmara Federal ou no Congresso Nacional.

O nosso objetivo é termos um novo sistema político e também um novo sistema eleitoral, por meio da mobilização da sociedade. Os partidos políticos têm um papel fundamental no Congresso Nacional, porque são eles que vão votar a reforma política. No entanto, isso não livra a sociedade brasileira do seu papel de participar mais efetivamente desse debate que diz respeito a toda a população e a toda a cidadania brasileira.

Quando dizemos que desejamos reforma política com participação popular e com democratização dos meios de comunicação, discutindo a importância da democracia, não apenas representativa, mas também participativa, é um passo a mais nesse processo de discutir o novo modelo para o sistema político brasileiro.

Da mesma forma, o controle social que hoje existe sobre o Legislativo deve estender-se ao Executivo e, principalmente, ao Judiciário. O sistema judiciário precisa ser acompanhado pelo controle social para que, de fato, haja a democratização desse Poder. É nesse sentido que se insere a proposta da Bancada do PT, para abrir o diretório nacional e aprovar a reforma política que tanto defendemos para o País, reforma esta que, como já disse, deverá ser feita com a mobilização dos movimentos sociais e com a participação da sociedade, baseada em alguns pontos que consideramos fundamentais dentro daquilo que é possível aprovar ou, pelo menos, fazer avançar no Congresso Nacional.

Tudo isso já foi objeto de reflexão de vários Deputados do nosso bloco e de vários outros partidos políticos. Parece-me que há adesão de muitos partidos para que, no mínimo, seja aprovada uma reforma que inclua alguns itens, na Câmara Federal.

A primeira discussão importante é a da fidelidade partidária. O PT, desde o seu nascimento, há 27 anos, defende a fidelidade partidária e, principalmente, o fato de que o mandato é a construção do partido. O mandato parlamentar é fruto do acúmulo e da luta histórica de um programa partidário de idéias e de uma proposta de sociedade e de poder. As pessoas devem aderir a um partido político pelo seu programa, ou seja, pelo que ele pode apresentar de mudanças e de transformações sociais para o País. Então, a adesão a um partido político deve ser pelo seu programa, ou seja, por aquilo que ele deseja para o País e pelo que quer transformar, enquanto estrutura, para se ter mais cidadania.

No entendimento do nosso partido, a fidelidade partidária é fundamental, porque dessa maneira as pessoas votam no partido e na sua proposta. Defendemos, há 27 anos, a importância de o mandato não ser do parlamentar ou da pessoa que se candidatou, mas essencialmente da proposta política que o elegeu, por meio do partido, na sua concepção, trajetória e acúmulo político das lutas que desempenhou no País e na história.

Portanto, para nós, a fidelidade partidária é muito importante. O TSE já se pronunciou, e agora a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aponta a necessidade de todos nós que fazemos parte dos partidos políticos também discutirmos esse tema profundamente com a própria sociedade.

Outro tema de maior importância é considerar o financiamento público na sua legalidade. É fundamental haver maior igualdade de condições nas disputas eleitorais no nosso país, para que todas as pessoas, incluindo as mais pobres, as que se inserem nos partidos políticos e as trabalhadoras, possam disputar as eleições municipais para Prefeito e Vereador no próximo ano. O financiamento público também é importante para reduzir os custos e gastos com eleições ao longo dos anos. Que, de fato, haja equiparação de condições na disputa eleitoral. Hoje, na maioria das vezes, o poder econômico determina as eleições, dando direcionamento diferenciado do desejo da própria população.

Os partidos já recebem o fundo partidário, que é um financiamento não das eleições, mas do funcionamento dos próprios partidos. Esse fundo deve estruturá-los. Devemos ter financiamento eleitoral para garantir igualdade de condições e de direito nas disputas.

Ainda queremos discutir um tema que talvez seja o mais polêmico, mas que consideramos fundamental para democratizar o sistema político-eleitoral brasileiro, as listas fechadas. Sabemos que esse tema fortalece a democracia porque também fortalece, essencialmente, os partidos políticos. A pessoa deve votar numa legenda por causa de seu programa, das suas idéias e propostas para a sociedade, indicando que o partido político pode representar o melhor para a sua cidade. A lista seria pré-ordenada pelos partidos a partir de decisão e de democracia, através de convenções, assembleias, encontros e plenárias, com ordem partidária definida pela base, e a população votaria na legenda, demonstrando, assim, evolução no sistema político.

O Brasil precisa passar por isso. A maioria dos países do mundo, da Europa e da América Latina já imprime a lista fechada e pré-ordenada. Deputado Padre João, podemos até instituir uma lista de transição flexível - digamos assim -, num primeiro momento, para que os partidos tenham tempo para estruturar-se, organizar-se com suas bases e filiados e utilizar metodologia de escolha e consulta. Nas próximas eleições, além de votar na legenda, no 13 ou nos números dos demais partidos políticos, as pessoas poderiam ainda votar nos nomes, reordenando a lista a partir da sua visão. Seria uma contribuição para os votos por nome e partido político.

Considero que este é o momento de uma proposta de transição. O aprofundamento da democracia e o fortalecimento dos partidos virão com essa soma de propostas, essencialmente com a lista fechada, que poderia muito contribuir para que as mulheres tivessem mais acesso, não apenas para disputar a eleição, mas também serem eleitas. Defendemos isto: a cada companheiro que faça parte da lista, uma companheira; a cada homem, uma mulher. Essa seria uma lista de 50%. Mesmo a cada dois companheiros ou dois candidatos que participassem do processo eleitoral, teríamos uma candidata, ou seja, uma mulher para disputar a eleição. Da mesma maneira, teríamos os trabalhadores e as trabalhadoras rurais com mais possibilidade de disputar o voto; e a inclusão social por meio da participação dos negros e das negras num processo eleitoral. Os mais pobres poderiam ter muito mais acesso num processo de listas fechadas de acordo com o critério e a história partidária. Haveria uma representação política que de fato pudesse ter o rosto da cidadania, do povo brasileiro, da população mais pobre deste país, enfim, uma verdadeira representação.

Hoje nós, mulheres, somos 51% do eleitorado e da população. Todavia, nos Parlamentos e nos Executivos, não somos nem 10% da representação política. Precisamos avançar. Só teremos mais democracia quando a parcela da população que é maioria puder fazer-se representar por meio dos mais diferentes segmentos e das mais diferentes representações. Essa é verdadeiramente a democracia para o nosso país.

O Presidente Lula, hoje um operário, representa a maioria do povo brasileiro. Essa é uma representação importante, que representa de fato a maioria do povo brasileiro e abriu caminhos para tantas outras representações de governos populares, como a dos índios na Bolívia e a de vários trabalhadores no Equador. Então, a maioria da população tem uma representação verdadeira por meio dos seus Presidentes, como a Presidente do Chile. Por meio da luta popular e dos movimentos sociais, há governos populares e de esquerda que vêm a traduzir uma representação política de acordo com a maioria da população. Da mesma forma, o processo eleitoral pode avançar muito no País com a lista fechada e, no nosso entendimento, a transição nestas próximas eleições.

Há mais um ponto que consideramos importante. Quando vota numa chapa, a maioria da população vota também no partido, ou seja, nas coligações proporcionais - chapa do PMDB, do PT, do PSDB, do PDT. No Legislativo, devem refletir também o pensamento de quem a compõe, da sua proposta e do seu projeto. Entendemos também que o fim das coligações proporcionais, mantendo as coligações para o majoritário e as eleições de Prefeitos e Prefeitas, é uma proposta que contribuirá muito para que o eleitor e a eleitora votem, de fato, naqueles que estão elegendo e naquele partido político. O resultado pode ser a eleição de quem os representa verdadeiramente.

Quero deixar aqui uma reflexão sobre alguns pontos da reforma política. Há tantos outros pontos fundamentais para o aprofundamento do sistema eleitoral e político brasileiro. Para evitar distorções, financiamento ilegal e corrupções, o povo brasileiro deve trabalhar na perspectiva de obtermos uma reforma política a fim de fazermos avançar a cidadania e, principalmente, o respeito ao povo brasileiro, que quer garantir também que seus eleitos representem com dignidade e dêem respostas com trabalho, seriedade e boas políticas públicas para a maioria da população.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Será um aparte muito breve.

Concordo plenamente com V. Exa de que devemos ter reforma política. O povo espera e merece isso. O Brasil precisa disso, mas a reforma política deve ocorrer no Congresso Nacional, e não acontecerá se não houver esforço do governo. Sabemos que naquela Casa o peso da vontade do governo é muito forte. Se o governo federal, o governo Lula, não se empenhar em que ocorra realmente a reforma política, ela não ocorrerá. O Brasil precisa dela. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Concordamos com o Deputado Lafayette de Andrada, por isso estamos nos empenhando, além do governo, o Presidente Lula, o governo de coalizão, do qual a maioria dos partidos fazem parte. Estamos somando todas as Assembléias Legislativas, todos os movimentos sociais, enfim a população brasileira também deve participar, pois a reforma política interfere diretamente na vida da nossa população. Obrigada.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/5/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

exonerando Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eros Biondini

nomeando Ubiratã Estevão Mattos Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ronaldo Magalhães

exonerando Vânia Cristina dos Anjos Souza do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Vânia Cristina dos Anjos Souza para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Elisiane Aparecida Rezende para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, 220ódigo AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PV.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Aline Cristina Lopes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/6/2007, às 10h30min, pregão eletrônico por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de rede e roteador.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na R. Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2006 a ABRIL/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 632, de 30/08/2006)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
		MAIO/2006 A ABRIL/2007	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		375.898.804,97	
	Pessoal Ativo	249.966.570,95	
	Pessoal Inativo e Pensionistas	125.932.234,02	
	Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF-art.18,§ 1º)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)		164.019.270,59	
	(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.983.264,44	
	(-) Decorrentes de Decisão Judicial	1.331,05	
	(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	19.148.570,53	
	(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	31.544.288,14	
	(-) Pensionistas (4)	1.704.027,67	
	(-) Inativos(5)	92.591.937,21	
	(-) Despesas de Caráter Indenizatório (6)	17.045.851,55	

TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TPD (III) = (I-II)	211.879.534,38	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.161.366.034,65	
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (V) = (III) / (IV)	0,9561%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 2,2272%	493.577.944,32	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22, da LRF) - 2,1158%	468.890.182,56	
FONTES: RCL - SCAO/SEF; Dados da execução SAFCI - SIAFI-Assembléia		
Notas:	(1)	Indenizações por exoneração de Servidores de Recrutamento Amplo - o valor está incluído nos elementos/itens 3.1.90.16-05 e 3.1.90.94-01;
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1997 a 2002;
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG, nos termos do art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
	(4)	Despesas com pensionistas, nos termos do art. 3º da IN TCEMG nº 1, de 18/04/01, com a redação dada pela IN nº 5, de 19/12/01
	(5)	Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001 - deduzindo-se as contribuições previdenciárias dos servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG da linha "Inativos com Recursos Vinculados(3)"
	(6)	Despesas não computadas, em conformidade com o art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Vide art. 3º da Resolução nº. 5.200/2001 e Deliberação da Mesa nº. 2.331/2003.
<p>Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º- Secretário - Tiago Ulisses, 2º- Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º- Secretário - Eduardo Vieira Moreira,</p> <p>Diretor-Geral - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Planejamento e Finanças - Rogério Gurjão Pinheiro, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.</p>		

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2006 a ABRIL/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 632, de 30/08/2006)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
		MAIO/2006 A ABRIL/2007	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		375.898.804,97	
	Pessoal Ativo	249.966.570,95	
	Pessoal Inativo e Pensionistas	125.932.234,02	
	Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF-art.18,\$ 1º)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)		69.723.305,71	
	(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.983.264,44	
	(-) Decorrentes de Decisão Judicial	1.331,05	
	(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	19.148.570,53	
	(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	31.544.288,14	
	(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	17.045.851,55	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TPD (III) = (I-II)		306.175.499,26	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		22.161.366.034,65	
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (V) = (III) / (IV)		1,3816%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 2,2272%		493.577.944,32	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22, da LRF) - 2,1158%		468.890.182,56	
FONTES:RCL - SCAO/SEF; Dados da execução SAFCI - SIAFI-Assembléia			

Notas:	(1)	Indenizações por exoneração de Servidores de Recrutamento Amplo - o valor está incluído nos elementos/itens 3.1.90.16-05 e 3.1.90.94-01;		
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1997 a 2002;		
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG, nos termos do art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;		
	(4)	Despesas não computadas, em conformidade com o art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Vide art. 3º da Resolução nº. 5.200/2001 e Deliberação da Mesa nº. 2.331/2003.		
<p>Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º- Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr, 3º-Secretário - Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Planejamento e Finanças - Rogério Gurjão Pinheiro, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.</p>				